

A HISTÓRIA ALÉM DAS PLACAS: OS NOMES DE RUAS DE MARINGÁ (PR) E A MEMÓRIA HISTÓRICA

Reginaldo Benedito Dias *

Resumo: Tomando Maringá (PR) como estudo de caso, este artigo analisa a relação entre o processo de nomeação de vias públicas e a reprodução da memória histórica.

Unitermos: Maringá; nomes de ruas; memória histórica.

Preâmbulo

A prática de nomear ruas, quase sempre identificada como distorção do trabalho dos vereadores, é atividade menos inocente do que se costuma supor. Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional ou local. Trata-se de recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia da nação e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes.

Essa estratégia apresenta, é verdade, suas limitações. Primeiro, porque o critério de seleção se altera com o passar dos anos. Em cidades seculares, caso de São Paulo, é comum encontrar ruas antigas que mudaram de nome duas ou três vezes (PORTO, 1996). Segundo, porque o tempo pode diluir o significado das homenagens e torná-las pouco mais do que uma placa na rua. Para que não se perca o sentido que moveu a nomeação, é imprescindível o acompanhamento permanente de outros processos de informação e educação, como o ensino

* Professor do Departamento de História da UEM.

de história e as festas cívicas (PINSKY, 1988; BITTENCOURT, 1988). Se o conteúdo histórico do nome da rua não é conhecido pelo transeunte, é porque esses outros mecanismos não estão sendo eficientes.

Considerada a necessidade da combinação de diferentes formas de reprodução, fatos e personagens históricos, quando convertidos em nomes de ruas, podem se incorporar à vida cotidiana dos cidadãos. A despeito de eventuais limitações, a tendência de buscar perenizar nomes e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificada em qualquer lugar do mundo e é adotada por governos de ideologias diversas.

Regimes revolucionários tendem a rebatizar vias e logradouros públicos com referências aos personagens e fatos então instituídos. Procedimento análogo pode ser encontrado em reviravoltas históricas. Nos países do Leste Europeu, com o desmoronamento da “cortina de ferro”, não foi raro o resgate dos nomes adotados antes da implantação do “socialismo real”, forma de apagar os vestígios do “antigo regime”. Por exemplo, Leningrado, famosa cidade russa, voltou a ser conhecida pelo seu nome original, São Petersburgo.¹

Em Paris, cuja história é marcada por sobressaltos e restaurações, a atual *Place de la Concorde* teve vários nomes. Quando de sua criação, no século XVIII, era *Place Louis XV*; no período jacobino, palco das execuções pela guilhotina, tornou-se *Place de la Revolution*; em 1795, sob a batuta dos girondinos, converteu-se em *Place de la Concorde*; voltou a ser *Place Louis XV* em 1814. Ainda houve duas alterações - *Place Louis XVI* em 1823 e *Place de la Charte* em 1830 – antes que Louis

¹ O nome Leningrado, evidentemente, foi homenagem ao maior líder da Revolução Russa, efetuada logo após sua morte. O nome original, São Petersburgo, já havia sido alterado no curso da Primeira Guerra Mundial. Como a Rússia enfrentava a Alemanha, o nome soava germânico demais. A cidade, então, foi rebatizada como Petrogrado, versão russa do nome original. Quando houve a recente reviravolta histórica, cogitou-se a reintrodução do nome Petrogrado, mas a opção, sintomática, foi por São Petersburgo.

Philippe, visando à concórdia nacional, promovesse o retorno da denominação que perdura até hoje.

Se é possível identificar atitudes universais nessa estratégia de nomear ruas, é necessário perceber seu entrelaçamento com as experiências locais. A perpetuação da história oficial pode ser verificada na denominação das vias públicas de todo o Brasil, mas as cidades, onde o batismo efetivamente ocorre, costumam imprimir, por conta de sua própria história, contornos específicos a esse processo. Analisar a organização dos nomes de rua de uma cidade é aferir dimensões significativas de sua relação com a história.

O presente artigo tem o objetivo de analisar esse tema na experiência da cidade de Maringá (PR). Tomando como referência temas da história oficial, pretende-se demonstrar como o processo de denominação das ruas dessa cidade se relacionou com o planejamento de seu traçado urbano, assim como as marcas que vieram a ser introduzidas pela dinâmica de sua experiência.

As marcas do planejamento e seus limites

Fundada em 1947, a cidade de Maringá é originária de um processo de colonização do Norte do Paraná, iniciado na década de 20 e realizado sob influxos do capital inglês, por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná Plantations. Previam-se o estímulo à produção agrícola e a criação de núcleos urbanos. Embora o capital inglês cedesse lugar, mediante a venda da companhia, a um grupo paulista no contexto da Segunda Guerra Mundial,² preservou-se o modelo de colonização, incluída a região em que vinha se formando a cidade de Maringá.

O projeto de colonização regional indicava a constituição de núcleos urbanos a partir de uma dada distância e a edificação de cidades que deveriam assumir a condição de pólos regionais.

² A partir de então, a empresa colonizadora passou a ser denominada como Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

Prevista para ser um desses pólos, Maringá nasceu sob o signo do planejamento, característica que também influenciaria o seu traçado urbano.

A companhia colonizadora, após patrocinar estudos sobre a topografia, o clima e a vegetação do território destinado ao município, encomendou ao urbanista Jorge de Macedo Vieira o planejamento do traçado de Maringá, desenhado segundo o modelo de “cidade jardim” (LUZ, 1997). Criou-se uma mitologia em torno desse planejamento, exacerbada pelo fato de Jorge de Macedo Vieira ter elaborado o projeto sem jamais ter posto os pés na região.

O culto às potencialidades do planejamento foi muito além de suas implicações no desenho urbano. Forjou-se uma identidade que aliava, por meio da racionalidade do planejamento, as noções de progresso e de ausência de contradições. Na contracorrente dessa visão oficial, reproduzida inclusive em trabalhos acadêmicos, surge uma leva de pesquisas críticas, questionando os mitos do planejamento (CAMPOS, 1999; PAULA, 1999).

De qualquer forma, a condição de Maringá como cidade planejada também marcou o processo de batismo de suas ruas, fato visível a olho nu. Percebe-se que a denominação das vias públicas de Maringá, tanto nos primeiros bairros quanto nos fundados recentemente, obedece a certo planejamento, seguindo determinada temática. Não há registros de que tenham sido realizados rigorosos estudos a respeito, mas a simples análise do mapa demonstra que a disposição dos nomes de ruas não foi acidental.³ Todavia, não se tratou, mesmo do ponto de vista que lhe era subjacente, de um planejamento irretocável.

No conjunto, foram eleitos temas bastante diversificados.

³ Em Apucarana, município localizado a cerca de 80 quilômetros de Maringá e colonizado pela mesma empresa, planejou-se batizar as primeiras ruas com nomes das cidades paranaenses. Um dos administradores da colonizadora, ao analisar a posição geográfica de Apucarana, que seria um ponto de interseção da malha rodoviária estadual, teria previsto que “um dia o Estado do Paraná nela se encontraria”(MARENA, 1988: 7). Hoje, no entanto, esse planejamento, por conta da mudança dos nomes originais, está bastante descaracterizado.

À guisa de visão panorâmica, há bairros em que as ruas receberam, predominantemente, nomes de estados brasileiros (Jardim Alvorada), capitais e importantes cidades latino-americanas (Vila Morangueira), árvores e plantas (Conjunto Borba Gato, Parque das Palmeiras, Jardim Vitória); rios (Res. Branca Vieira, Res. João Paulino, Campos Elísios, Jardim Oásis); pedras preciosas (Conj. Real); aves (Res. Ney Braga, Sanenge); planetas e astros (Jardim Universo); cantores (Conjunto Cidade Alta) etc.

O foco privilegiado por este artigo, entretanto, está voltado aos primeiros bairros, onde foram organizadas referências a alguns dos principais fatos, processos e personagens da história oficial: Descobrimento, Invasão Holandesa, Independência, Guerra do Paraguai, Abolição da Escravidão, Proclamação da República etc.

Cidades mais antigas foram contemporâneas, em alguns casos, dos fatos referidos por esses marcos, assim como do próprio processo de sua institucionalização pela história oficial. A Rua 15 de Novembro pode ser encontrada tanto em cidades seculares quanto naquelas de fundação recente, mas sua institucionalização como nome de via pública, em um caso, tinha de lidar com a memória viva do Império e, no outro, colocou-se como fato consumado pela história oficial.

A esse respeito, vale a lembrança de um episódio do romance **Esau e Jacó**, de Machado de Assis. O Sr. Custódio, dono da tradicional “Confeitaria do Império”, não sabia o que fazer diante da Proclamação da República. Se mantivesse o antigo nome de seu estabelecimento, poderia se indispor com os republicanos e com o novo regime. Se alterasse o nome para “Confeitaria da República”, poderia se indispor com os saudosos da monarquia e, ainda, correr o risco de o novo regime não se estabilizar e acontecer uma reviravolta política no país.

Apesar de insólito, o episódio literário é ilustrativo das vicissitudes que, muitas vezes, caracterizam o processo de inscrição de heróis e fatos na galeria da história nacional. Nome

sistematicamente usado para batizar ruas brasileiras, Tiradentes, por exemplo, foi convertido à condição de herói somente no período republicano, mais de um século depois de ter sido executado pela coroa portuguesa (CARVALHO,1990).

Em Curitiba, usou-se o artifício de apagar referências ao Império com topônimos republicanos. A Rua da Imperatriz virou Rua 15 de Novembro; a Rua do Imperador foi convertida em Rua Marechal Deodoro. A Praça D. Pedro II foi rebatizada como Praça Tiradentes. Nesse logradouro, houve a incorporação de uma estátua do “mártir da independência”, uma das primeiras a representá-lo como “Cristo cívico”, e de um monumento à República: “encontramos em destaque a estátua do positivista Benjamin Constant e, acima do mesmo, o símbolo republicano francês: uma estátua da Marianne, além da estátua do *Marechal de Ferro*” (PEREIRA, 1998: 51).

Em Maringá, a maior parte dessas referências históricas foi incorporada aos nomes das ruas na década de 1950, quando a cidade vivia seus primeiros anos e promovia, ostensivamente, o batismo de suas vias públicas. O trabalho dos planejadores e dos legisladores de Maringá reproduziu determinada concepção de história e seus critérios de relevância. Nesse período, as referências privilegiadas já estavam consagradas como marcos pela história oficial. A distância cronológica dos acontecimentos permitia agrupá-los em temas, constituídos, para usar uma expressão de Vesentini (1984), em verdadeiros nós explicativos da história nacional.

A concepção subjacente identificava a história com o passado remoto. Sintomaticamente, foram privilegiados acontecimentos e processos dos séculos anteriores. Não houve, nesse momento ou posteriormente, a constituição de um sítio temático com referências ao século XX. Fatos e personagens da história recente foram incluídos, como demonstram os casos da Avenida Getúlio Vargas e da Praça 31 de março, apenas isoladamente.

A Zona 2 está repleta de nomes ligados ao chamado

Descobrimiento do Brasil e ao início da colonização portuguesa: Pedro Álvares Cabral, Mem de Sá, Estácio de Sá, Tomé de Souza, Vaz Caminha, Monte Pascoal. Observa-se que, como a Zona 1 era região comercial, o primeiro bairro residencial a ser enumerado pelo planejamento teve suas ruas batizadas com nomes extraídos da colonização do país, fato que acentua o culto ao desbravamento e procura entrelaçar, simbolicamente, as origens do país e da cidade. A principal via de acesso ao bairro era, precisamente, a Avenida Novo Mundo. Se as ruas tinham os nomes dos “descobridores” e dos primeiros governadores do país, a Zona 2 era, não raro, local de residência dos dirigentes da colonização da cidade. O loteamento da Zona 3 foi iniciado primeiro, mas os planejadores a reservaram para a população de baixa renda, motivo pelo qual ficou conhecida como Vila Operária (LUZ, 1997).

Talvez o planejamento tenha aspirado a atingir seu requinte máximo na definição das ruas da Zona 3. Predominam, nesse bairro, temas e personagens da história militar do Brasil. Numa espécie de xadrez, as ruas paralelas à Avenida Brasil fazem, quase sempre, referência à Guerra do Paraguai e ao impasse militar com Rosas (Argentina) e Oribe (Uruguai), para disputar a hegemonia sobre a bacia do Prata, enquanto as ruas perpendiculares, na maior parte das vezes, aludem ao processo de combate à ocupação holandesa e consecutivo restabelecimento do domínio português. O bairro é circundado pela Avenida Laguna, nome oriundo da Guerra do Paraguai.

Alguns aspectos, contudo, quebram a harmonia temática. Em sentido perpendicular à Avenida Brasil, quase na divisa com o centro da cidade, estão as pequenas Ruas Anhangüera, o bandeirante, e Pombal, o ministro português do século XVIII. Em seguida, há o desfile de personagens e batalhas relativos ao combate à “invasão holandesa”: Henrique Dias, Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Furtado de Mendonça e (Batalha de) Guararapes. Última da série, a Rua Tabocas, nome de uma batalha que impulsionou, depois de anos de armistício,

a ofensiva contra os holandeses, foi rebatizada como Madre Sueli Giron. A Avenida Riachuelo, que também é perpendicular à Avenida Brasil, homenageia a célebre vitória naval da Guerra do Paraguai.

Entre as paralelas à Avenida Brasil, não pertencem aos temas elencados a Avenida Mauá e as Ruas Santos Dumont e Deputado Néio Alves Martins. No primeiro caso, o nome do famoso empresário do império guarda coerência com as atividades comerciais e industriais da avenida. No segundo, não se localizou nem se deduziu nenhuma razão muito clara para a inclusão do nome do “pai da aviação” em região temática tão definida. No último caso, porém, houve mudança de denominação, visto que, antes da homenagem ao deputado, a rua se chamava Aquidaban, nome extraído da Guerra do Paraguai. Também dessa guerra vêm: Marcílio Dias (marinheiro), Paçandu (batalha), Barroso (o almirante que comandou a vitória em Riachuelo), Inhaúma (almirante). Itapura é uma base militar construída, em São Paulo, pouco antes dessa guerra. Por sua vez, Monte Cáceros foi uma batalha vencida no conflito contra Oribe e Rosas.

É de causar estranheza que as praças da Zona 3 tenham sido batizadas com os nomes de Regente Feijó e Emiliano Pernetá, distantes da temática geral. Não é menos estranho que Itororó, batalha em que Caxias disse a famosa frase “Sigam-me os que forem brasileiros”, e Humaitá, fortaleza conquistada na Guerra do Paraguai, tenham se tornado nomes de avenidas, respectivamente, nas Zonas 2 e 4.

Da mesma forma, a Avenida Tuiuti, outra batalha dessa guerra, inicia-se exatamente onde termina a Vila Operária, e a Rua Cerro Corá, referência ao episódio final do conflito bélico, localiza-se na Zona 6. Felipe Camarão, índio que se aliou aos portugueses na resistência aos holandeses, também não foi incluído na Zona 3. Diferentemente do que ocorre nas enciclopédias, onde costuma ficar ao lado de Henrique Dias e Vidal de Negreiros, seu nome foi deslocado para a Zona 2.

Caxias e Tamandaré, comandantes de terra e água da

Guerra do Paraguai, foram agraciados com vias centrais, talvez porque seus nomes estejam ligados a muitos outros processos bélicos. O Largo General Osório, outro comandante militar da Guerra do Paraguai, está situado na Zona 6.

Lideranças ligadas - cada qual a seu modo - ao abolicionismo serviram de referência para a Zona 4, onde se encontram as Ruas Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Princesa Isabel, José do Patrocínio etc. Não se localizam, nesse bairro, a Avenida dos Palmares e a Praça Zumbi, símbolos de resistência negra à escravidão. A homenagem ao quilombo, datada da década de 70, foi materializada na principal avenida do Conjunto Liberdade. Em relação ao líder negro, houve um hiato de mais duas décadas. A praça que ostenta seu nome foi inaugurada no fim de 1999, na “Semana da Consciência Negra”.

A separação não é desprovida de sentido, já que a ligação desses fatos e personagens, embora relacionados à questão da escravidão, não é tão direta. A maioria dos movimentos de consciência negra prefere celebrar Palmares e Zumbi e criticar o 13 de maio e a Lei Áurea. Com o tempo, o batismo das vias urbanas, tradicional território de sedimentação da história oficial, foi permeável à alusão a movimentos populares e seus protagonistas.

Nas ruas da Zona 5, destoando dos outros bairros, não se verifica, por motivos que não ficaram registrados e são difíceis de aferir pela análise do mapa, uma lógica uniformizadora. Na Zona 6, pode ser constatado, mais uma vez, certo padrão, mas, em vez de personagens da história oficial, suas ruas homenageiam, majoritariamente, expoentes da literatura nacional: Machado de Assis, Raimundo Correa, Alberto de Oliveira, Fagundes Varela.

Os temas e personagens históricos voltaram a ser privilegiados na Zona 7, um dos maiores e mais populosos bairros da cidade, que se tornou um recanto de homenagens à Proclamação da República. De fato, aí se encontram várias ruas com nomes de líderes republicanos, incluindo alguns dos

primeiros presidentes da República: Floriano Peixoto, Marechal Deodoro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Francisco Glicério, Demétrio Ribeiro, Campos Sales, Quintino Bocaiúva etc. Todavia, a data em que é comemorada a proclamação, 15 de novembro, foi deslocada da Zona 7 e tornou-se nome de avenida central.

A Proclamação da Independência não foi lembrada em um bairro específico, mas era referência para uma seqüência de avenidas e praças. Uma primeira alusão era a Avenida Ipiranga, atual Getúlio Vargas, uma das mais centrais da cidade. Depois, seguindo pela Avenida Brasil, principal via urbana, surgiam a Praça José Bonifácio, a Praça 7 de Setembro e, virando à esquerda, a Avenida Independência. Com o tempo, no entanto, essa seqüência de referências foi diluída e/ou dispersa.

Ipiranga deixou de ser nome de via central e passou a denominar, nas proximidades do *Country Club*, uma tranqüila rua. Perto da Vila Nova, Ipiranga tornou-se, também, nome de bairro periférico. Foi nessa região, desprovida de reiteradas alusões à Proclamação da Independência, que D. Pedro I, ausente das homenagens primeiramente inscritas nas vias centrais, tornou-se nome de rua. Toda a extensão da Avenida Luiz Teixeira Mendes, engenheiro ligado à empresa colonizadora, já se chamou Independência, mas, hoje, esse nome se aplica apenas ao pequeno trecho que separa a Praça 7 de Setembro da Praça dos Expedicionários.

A dinâmica das redefinições

Razões as mais diversas tornaram freqüente a prática de rebatizar vias públicas. Em alguns casos, o nome ficou obsoleto. A atual Avenida Bento Munhoz da Rocha foi, originalmente, batizada como Avenida das Indústrias, mas o nome, por causa da mudança do perfil da via pública, ficou desatualizado com o passar dos anos e foi reaproveitado nos parques industriais 1 e 2.

A morte de celebridades nacionais e internacionais

motivou o processo de modificação dos nomes de ruas. A comoção causada pelo suicídio de Getúlio Vargas provocou, na década de 50, a mudança do nome da Avenida Ipiranga. Em 1963, a Avenida Novo Mundo, que circundava a catedral, passou a ser chamada de Papa João XXIII. O mesmo ocorreu com a Praça Martius, rebatizada com o nome do Presidente Kennedy, que havia sido assassinado em Dallas.

A prática de homenagens também interferiu. A antiga Rua Bandeirantes se tornou Joubert de Carvalho, dada a intenção de homenagear o compositor da canção “Maringá, Maringá” com o nome de uma via central. A Avenida Willie Davids, outro nome ligado à empresa colonizadora, foi rebatizada como governador Parigot de Souza, quando morreu, na primeira metade da década de 70, o chefe do Executivo estadual. O nome do ex-homenageado já servira para batizar o estádio municipal.

Caso impressionante ocorreu com a Rua Havana, que se converteu, em 1970, em Rua Guadalajara. Tratava-se de um período em que, sob a tutela da ditadura militar, imperava a doutrina de segurança nacional, esse emblema da guerra fria. No clima do “pra frente, Brasil”, o nome da capital cubana, símbolo do comunismo no continente, foi substituído pelo da cidade mexicana, calorosa sede, na campanha do tricampeonato, da seleção brasileira de futebol. Deixando de lado qualquer apreciação política a respeito, constata-se que foi preservado o espírito que reinava na denominação das ruas da Vila Morangueira. Na maioria das vezes em que ocorreu novo batismo, porém, houve prejuízo para a temática geral.

Exemplo célebre é o da Avenida Abolição, que se localizava no início das Ruas Princesa Isabel e Joaquim Nabuco e que passou a atender pelo nome de Cidade de Leiria, referência à cidade irmã portuguesa. Como o endereço da ACEMA (Associação Cultural e Esportiva Maringá), clube da colônia japonesa, é Avenida Kakogawa, a cidade irmã da terra do sol nascente, poder-se-ia perguntar: por que o mesmo procedimento não foi adotado no caso lusitano? Em linguagem

popular, iriam vestir um santo para desnudar outro, visto que teriam de remover o nome de Luís de Camões da rua em que se situa o Centro Português. Em nome da diplomacia do município, sacrificou-se a alusão ao fato histórico nacional.

Nenhum outro bairro teve seu planejamento temático tão alterado quanto a Zona 2. Pedro Álvares Cabral perdeu o lugar para Marcelino Champagnat, na rua em que se localiza o Colégio Marista. Para compensar, rebatizaram a Praça das Caravelas com o seu nome. Menos sorte teve Américo Vespúcio, que cedeu lugar para o Padre Germano Mayer. Isso não deve ter contribuído, porém, para abalar a memória do ex-homenageado, cujo nome, ocioso lembrar, foi utilizado para batizar todo o “novo mundo”.

Santa Maria, a caravela de Colombo, continua a ser nome de rua, mas as outras duas, Pinta e Nina, já mereceram, desde o início, tratamento menos privilegiado. Num processo de fusão, batizaram uma rua do bairro como Pintanina e, algum tempo depois, rebatizaram-na com o nome do vereador Arion Ribeiro de Campos. Para completar, a Avenida Novo Mundo, como se disse, ganhou o nome do Papa João XXIII.

Se, nesses e em outros casos, houve descaracterização da temática geral, registre-se um caso em que, com o tempo, um personagem prejudicado com o processo de redefinição foi alojado em uma região apropriada ao significado de sua intervenção histórica. Para homenagear os expedicionários com nome de praça, foi despejado Frei Caneca, o revolucionário que liderou a Confederação do Equador, movimento republicano que se confrontou com o elitista e autoritário regime monárquico encabeçado por D. Pedro I.

Muitos anos depois, Frei Caneca tornou-se nome de rua do Conjunto Liberdade. A associação com o ideal de liberdade, como ocorrera com Palmares, foi coerente. Curiosamente, o frade carmelita, que estava alocado perto da Praça 7 de Setembro, tornou-se vizinho de avenida homônima. Fruto de critérios que não observam as contradições, a permanente vizinhança é algo indigesta, uma vez que tal efeméride é um símbolo do regime combatido pela Confederação do Equador.

As demandas locais e toponímia popular

Há quem veja a homenagem materializada na nomeação de ruas como uma faca de dois gumes. Motivo: a publicidade em torno da rua ocorre, não raro, por causa de fatos tidos como negativos: assaltos, acidentes automobilísticos, incêndios etc. A Rua Joubert de Carvalho, por exemplo, foi estigmatizada como ponto de prostituição.

Todavia, essas homenagens, na maioria dos casos, são bem recebidas. Personalidades ligadas à Companhia de Terras, há muito tempo, foram agraciadas com o nome de ruas: Arthur Thomas, Gastão Vidigal, Luiz Teixeira Mendes. Nesse mesmo espírito, devem ser assinaladas as homenagens às autoridades municipais: ex-prefeitos Sincler Sambatti e João Paulino Vieira Filho; ex-vereadores Nelson Abrão, Gerson (Kuriango) Soares, Arion Ribeiro de Campos, Basílio Sautchuk, Napoleão Moreira da Silva, Duque Estrada, Ary de Lima, Carlos Alberto de Paula etc. Nomes de ex-governadores também foram incrustados nas vias urbanas: Parigot de Souza, Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha Neto e (interventor) Manoel Ribas.

Se é comum homenagear autoridades e personalidades com passado de comando político, registre-se que existe a prática de batizar ruas com nomes de pioneiros, incluindo os que não fizeram carreira pública. Isso se verifica, dispersamente, em muitos bairros antigos, causando certo contraste com a temática principal. Há bairros novos, dos quais o Jardim São Silvestre é exemplo, em que a regra é as ruas terem os nomes dos fundadores de Maringá.

O caso dos pioneiros pode ser entendido como parte da história oficial do município, que alimenta a tradição de cultuar os chamados desbravadores. De qualquer forma, como a nomeação de vias públicas é uma prerrogativa dos poderes públicos, ressalte-se que, nesse caso, é perceptível a influência de uma entidade da sociedade civil, a Associação dos Pioneiros de Maringá, zelosa guardiã da memória dos primeiros moradores. Outras iniciativas dessa natureza tiveram conteúdo relativamente heterodoxo. Consta que os fãs de Raul Seixas se

mobilizaram para que seu ídolo fosse convertido em nome de rua, devidamente incluída na região reservada aos cantores nacionais. A Praça Zumbi dos Palmares foi reivindicada pelo movimento de União e Consciência Negra.

Por vezes, amigos e familiares reivindicam a homenagem, como aconteceu com Luiz Carlos Sossai, adolescente de 15 anos que teve sua vida ceifada, no final da década de 70, em um acidente de trânsito e se tornou nome de rua da Vila Ipiranga. Em contrapartida, um caso semelhante teve, recentemente, desfecho oposto. Em 1997, uma vereadora conseguiu a aprovação de uma lei para rebatizar a Praça da Glória, localizada no bairro homônimo, com o nome de sua filha, morta em um acidente de trânsito, mas os moradores se mobilizaram contra essa iniciativa. Alegaram que a mudança causaria transtorno, uma vez que estavam acostumados com o antigo nome. No final de 1999, depois de muita polêmica, a lei foi revogada e a denominação original foi restabelecida.

A história de Maringá não fornece muitos registros de mobilização popular contra a mudança de nomes de ruas, mas os moradores costumam demonstrar sua resistência de outras maneiras. Quando a via pública é rebatizada, há a necessidade de um longo período para a sedimentação do novo nome. Somente os moradores mais antigos e os pesquisadores sabem que a Rua Joubert de Carvalho se chamava Rua Bandeirantes ou que a Avenida Getúlio Vargas se chamava Avenida Ipiranga. Entretanto, não é difícil os moradores locais citarem, para dar um exemplo, a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto como Avenida das Indústrias. Em um período de transição, cuja duração varia de caso para caso, os dois nomes costumam ser lembrados, havendo o cuidado de se referir ao mais recente como a “antiga Rua Fulano de Tal”.

A respeito da intervenção do povo, não pode ser olvidado um fato incomum, ocorrido no final do mandato do ex-prefeito Ricardo Barros (1988-1992). Pretendendo se despedir em alto estilo, o prefeito programara, para os últimos três dias de gestão, a

inauguração de três vias do “novo centro”, região anteriormente ocupada pelo pátio de manobras da estação ferroviária e que estava sendo incorporada à malha viária urbana. Na verdade, apenas uma via, a avenida projetada, era totalmente nova. Os outros trechos eram extensões de antigas avenidas que se encontravam interrompidas pela presença do pátio de manobras (DIAS, 1995).

Eclodiu, porém, uma greve de servidores municipais, motivada pelo atraso no pagamento do 13º salário. Os grevistas não apenas impediram a solenidade oficial de inauguração das novas vias como chegaram a realizar, eles próprios, uma cerimônia carnavalizada e a rebatizar a avenida projetada. Oficialmente, essa avenida receberia o nome do ex-prefeito Sílvio Barros, pai de Ricardo Barros, mas os servidores resolveram retirar a placa, invertê-la e escrever em seu verso o nome do secretário municipal Antônio Tortato, falecido naquela época (DIAS, 1995).

Por intermédio da inversão promovida, os manifestantes, ao mesmo tempo, homenageavam um personagem com o qual tinham relações afetivas e retaliavam o prefeito da época. Não se tratava de um ataque à memória do ex-prefeito, mas sim ao seu parentesco com Ricardo Barros. Embora o nome de Antônio Tortato não tenha vingado, a avenida não preservou o nome que havia sido planejado (DIAS, 1995). No momento em que este artigo é concluído, a avenida denomina-se (ex-prefeito) João Paulino Vieira Filho. Entretanto, a interferência popular no processo de nomeação oficial das ruas de Maringá pode ser considerada como exceção.

Em compensação, há interessantes casos em que o povo estabelece lógica própria e criativa para se referir aos espaços e vias públicas, a despeito dos trâmites legais e da autorização dos poderes instituídos. Quem visitar Maringá não deve se surpreender se pouca gente souber responder onde se localiza a Praça 7 de Setembro. É só mudar o texto e perguntar onde fica a “Praça do peladão”. Todo mundo vai dizer: “ Siga pela Avenida Brasil”. Esse jocoso nome tem origem no fato de a praça, que separa a parte pioneira da região nova da cidade, ostentar o Monumento ao Desbravador, representado por uma grande

estatua nua. Se, em São Paulo, o povo chama o Elevado Costa e Silva de “o minhocão”, os maringenses, com igual criatividade, chamam a Praça 7 de Setembro de “Praça do peladão”.

Seguindo pela Avenida Brasil, pouco acima da “Praça do peladão”, encontra-se o “Fim da picada”. Esse nome remete às origens da cidade, quando essa região era uma picada aberta no meio da floresta primitiva. Apesar do elevado grau de urbanização atingido pela atual “selva de pedra”, esse trecho continua sendo conhecido, com ou sem nomenclatura oficial, como o “Fim da picada”.

Considerações finais

As ruas de Maringá, a exemplo do que ocorre em outras cidades, foram palco para a perpetuação de nomes de personagens e de fatos da história oficial, nacional e local. Verificou-se que esse processo se relacionou com a noção de planejamento urbano, tendo em vista que os nomes das ruas, como tendência, obedecem a certa organização temática. Não foi difícil, porém, constatar, mesmo pelos critérios de relevância norteadores, os limites do planejamento. Do ponto de vista da constituição dos “nós explicativos” da história oficial, seria preferível evitar o deslocamento de um personagem ou de um fato para um sítio com outro eixo temático.

É forçoso constatar, também, que os processos da história oficial arrolados neste artigo, emblemáticos das concepções hegemônicas em dado período, vêm sofrendo, nos centros de pesquisa, incessante reavaliação crítica. A Guerra do Paraguai perdeu seu brilho épico, não faltando quem a chame de genocídio. Os limites e o caráter elitista das proclamações da independência e da república vêm sendo objeto de análises exaustivas. A chegada dos portugueses foi descobrimento ou conquista? A luta contra a “invasão holandesa” não teria servido para restabelecer o domínio de outro invasor?

Essas considerações não têm a intenção de sugerir que ocorra, sempre que houver reviravolta de interpretação, novo batismo das ruas. A análise histórica não é neutra e qualquer

critério é controverso. Deve-se observar, entretanto, que os critérios de uma época não são impermeáveis ao olhar crítico de outra. Um mergulho na história de Maringá comprova, aliás, que o processo de denominação das ruas, longe de ser estático, foi dinamicamente se sujeitando aos novos objetivos, modificando o planejamento inicial.

Seja por alterar o planejamento e por quebrar a harmonia temática, seja por tirar as referências de localização estabelecidas para a população, esse processo de mudança de nomes de ruas costuma ser criticado. Reconheça-se, não obstante, que essa prática demonstra a dinâmica da cidade com os fatos e personagens que pretende consagrar como nomes de suas vias públicas, feita a observação de que não se verifica, em Maringá, que as alterações tenham sofrido decisiva influência da reavaliação do papel histórico. De qualquer forma, para além do programado, o povo tem sua própria forma de se relacionar com os nomes dos logradouros e a experiência concreta introduz dinâmicas que nem sempre respeitam o estabelecido nas pranchetas.

Bibliografia

- BITTENCOURT, C. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, J. (org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CAMPOS, Paulo F. S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, R.B. & ROLLO GONÇALVES, J.H. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DIAS, R.B. A inauguração do novo centro de Maringá: do fetichismo à carnavalização da política. **Cadernos de metodologia de pesquisa**, n^o 5, UEM, 1995.

- LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.
- MARENA, N. O. **Apucarana através de suas ruas**. Apucarana: Museu Histórico Regional, 1988.
- PAULA, Z. C. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, R.B & ROLLO GONÇALVES, J.H. **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.
- PEREIRA, L.F.L. **Paranismo**: o Paraná inventado. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- PINSKY, J. Nação e ensino de história no Brasil. In: PINSKY, J. (Org) **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- PORTO, A. R. **História da cidade de São Paulo através de suas ruas**. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.
- VESENTINI, C.A. Escola e livro didático de história. In: SILVA, M.A. (org). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

ABSTRACT: *Taking Maringá (PR) as a case study, this article analyses the relationship between the process of nomination of public places (streets) and the reproduction of the historical memory.*

Keywords: *Maringá; street names; historical memory.*